Parte II - Dados Censitários em Contexto

Capítulo 6 - Declaração de Idade em Indígenas e Não Indígenas no Censo Demográfico de 2010

Barbara Coelho Barbosa da Cunha
Thatiana Fávaro
Luciene Guimarães de Souza
Ludimila Raupp
Geraldo Marcelo Cunha
Ricardo Ventura Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CUNHA, B.C.B., SOUZA, L.G., SOUZA, L.G., RAUPP, L., CUNHA, G.M., and SANTOS, R.V. Declaração de Idade em Indígenas e Não Indígenas no Censo Demográfico de 2010. In: SANTOS, R.V., GUIMARÃES, B.N., CAMPOS, M.B., and AZEVEDO, M.M.A., comps. *Entre Demografia e Antropologia: povos indígenas no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019, pp. 139-156. Saúde dos povos Indígenas collection. ISBN: 978-65-5708-013-9. <https://doi.org/10.7476/9786557080139.0007>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Declaração de Idade em Indígenas e Não Indígenas no Censo Demográfico de 2010

Barbara Coelho Barbosa da Cunha
Thatiana Fávaro
Luciene Guimarães de Souza
Ludimila Raupp
Geraldo Marcelo Cunha
Ricardo Ventura Santos

Como é amplamente reconhecido, indicadores demográficos, socio-econômicos e epidemiológicos são constantemente utilizados na caracterização das condições de vida de diferentes segmentos da população (Warren & Kennedy, 2008). Nesse contexto, os censos demográficos de abrangência nacional, cujas finalidades incluem contar e identificar as características dos habitantes e domicílios, têm extrema importância, uma vez que seus dados são utilizados no cálculo de tais indicadores (IBGE, 2010a, 2005; Jannuzzi, 2005; Médici, 1990). Estes instrumentos censitários constituem uma das principais fontes de dados sobre a situação de vida da população com representatividade nacional, e suas informações contribuem para a definição e direcionamento de políticas públicas (IBGE, 2010a, 2005).

No Brasil, a partir do Censo Demográfico 1991, ocorreu uma ampliação na captação das características de cor ou raça da população com a inclusão da opção “indígena” nas quatro alternativas então utilizadas (branca, preta, amarela e parda) (IBGE, 2012a). Em decorrência dessa inclusão, os censos passaram a ser importantes fontes de informações mais detalhadas sobre a população indígena, o que se fez refletir na produção de análises sobre o tema (Santos *et al.*, 2019, 2015; Pereira, Filho & Sá, 2012; Azevedo, 2011; Marinho, Santos & Pereira, 2011; Santos & Teixeira, 2011; Borges *et al.*, 2010; Pereira & Azevedo, 2004). Em 2010, a população brasileira era composta por cerca de 190 milhões de indivíduos, entre os quais 817.900 foram classificados como indígenas (0,4% do total da população do país), distribuídos em 4.394 dos 5.565 municípios (IBGE, 2012a; Azevedo, 2011).

Uma vez que os censos demográficos estão voltados para captar as características da população em geral, um mesmo conjunto de perguntas e padrões de medidas é aplicado aos vários segmentos populacionais (Pereira, Filho & Sá, 2012; Jannuzzi, 2005). Por essa razão, no caso de povos culturalmente diferenciados, como os indígenas, a captação de certas classes de dados pode apresentar dificuldades particulares, não somente por questões linguísticas, mas também pelo uso de categorias que não se aplicam diretamente a contextos socioculturais específicos (Pagliaro, Azevedo & Santos, 2005). Outro ponto relevante diz respeito a quem responde aos questionários censitários, quer seja o próprio indivíduo, outro

morador ou um não morador do domicílio. Em estudo com base nos dados do Censo 2010 para as regiões Norte e Nordeste, Santos e colaboradores (2015) observaram padrões diferenciados de respostas acerca de parturição em mulheres indígenas e não indígenas, a depender de quem forneceu as informações ao recenseador.

No campo da demografia e da saúde, a idade é uma importante variável de investigação, sendo largamente utilizada na construção de indicadores epidemiológicos e demográficos (Horta, 2012; Paes & Albuquerque, 1999). A definição utilizada, na maioria dos censos demográficos e sistemas de registros vitais do mundo, é a idade em anos completos por ocasião do último aniversário (ONU, 1955). No Brasil, essa variável é investigada desde o primeiro recenseamento nacional, realizado em 1872. A partir do Censo Demográfico 1940, passou-se a utilizar duas opções de respostas: data de nascimento, quando conhecida, ou idade presumida ou declarada (Horta, 2012; IBGE, 2012b; Oliveira, 2003; Gonçalves, 1995).

Nas sociedades humanas, a marcação do tempo tem uma dimensão fortemente cultural, de modo que seu significado e contagem apresentam características particulares, o que pode se refletir em distintas maneiras de definição de idade (Pagliaro, Mendonça & Baruzzi, 2009; Borges, 2004). Por essa razão, no caso de estudos em demografia antropológica com foco em populações indígenas, por vezes têm sido empregadas formas alternativas de obter informações sobre idade, como, por exemplo, calendários de eventos baseados em momentos marcantes da história recente da população e/ou análises de categorias que guardam proximidade com a dimensão etária (Coimbra *et al.*, 2002; Flowers, 1994; Early & Peters, 1990; Werner, 1983; Howell, 1979).

Diante das particularidades potencialmente associadas à captação da idade em populações socioculturalmente diferenciadas, este capítulo tem como objetivo examinar o padrão de resposta da variável “forma de declaração de idade” no Censo Demográfico 2010, comparando indígenas e não indígenas. A exemplo de outras investigações recentes que abordaram variáveis demográficas para a população indígena no Brasil por meio da análise de dados censitários (Santiago & Verona, 2014), este estudo se baseia em uma amostra de indivíduos residentes em um conjunto de municípios com maior concentração de indígenas, opção que se justifica pela necessidade de maior comparabilidade de indígenas e não indígenas em âmbitos locais e regionais.

Fontes dos dados, variáveis e análises

No Brasil, os censos demográficos são realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e em geral acontecem com periodicidade decenal. Nos recenseamentos mais recentes, os dados foram obtidos por meio de dois tipos

de questionários: um aplicado ao universo da população (questionário básico) e outro voltado para uma amostra (questionário da amostra). O segundo inclui, além de todas as perguntas presentes no questionário básico, o levantamento de dados acerca de fecundidade, migração, trabalho, mortalidade, dentre outros (IBGE, 2012c).

Este estudo foi realizado com base nos microdados oriundos do questionário da amostra do Censo Demográfico 2010. Foram incluídos os indivíduos com mais de 10 anos de idade, residentes em municípios com no mínimo 5% de indígenas na população. Foram excluídas informações categorizadas como “ignorado” nos quesitos “cor ou raça” e “tipo de informante”. Os menores de 10 anos não foram incluídos, pois, segundo a metodologia censitária, não são diretamente entrevistados, e uma das variáveis centrais de análise no presente estudo é “informante”, ou seja, quem respondeu ao entrevistador (IBGE, 2010a). Decidiu-se pela proporção e não pela frequência absoluta na seleção dos municípios, pois a segunda opção envolveria um grande número de capitais e centros urbanos, várias dos quais com uma população indígena rarefeita. A seleção com base no critério de proporção permitiu a inclusão não somente de municípios com maior presença indígena, como também de parte expressiva daqueles com terras indígenas (TIs).

A variável de desfecho investigada foi “forma de declaração de idade”, tendo como respostas: mês e o ano de nascimento ou idade declarada. No primeiro caso, a idade foi calculada pela subtração da data informada pela data de referência do Censo (31 de julho de 2010) (IBGE, 2011). Já a idade declarada foi aquela informada em anos completos ou meses, registrada, segundo IBGE (2010b), “apenas quando esgotados todos os esforços para obtenção da data de nascimento”.

As variáveis independentes analisadas, com suas respectivas categorias, foram as seguintes: 1) segmento populacional (indígena ou não indígena, esta última categoria englobando os indivíduos classificados como brancos, pretos, pardos e amarelos); 2) tipo de informante – indivíduo que respondeu às perguntas referentes a cada morador (próprio morador, outro morador ou não morador); 3) macrorregião (Norte, Nordeste, Sudeste/Sul ou Centro-Oeste); 4) situação de domicílio (urbano ou rural); 5) sexo (masculino ou feminino); 6) faixa etária (nos seguintes intervalos: 10 a 29, 30 a 49 e igual ou maior a 50 anos); 7) saber ler e escrever, definido como escrever um bilhete simples no idioma que conhece (sim ou não); 8) rendimento domiciliar *per capita* em número de salários mínimos em julho de 2010 (nos seguintes intervalos: sem rendimento; até 0,25; entre 0,25 e 0,5; entre 0,5 e 1; e maior ($\geq$) ou igual que um salário mínimo – SM). Devido ao número reduzido de indígenas em área urbana, os residentes no Sudeste e Sul foram agrupados em uma única categoria (Sudeste/Sul).

Frequências absolutas e relativas, estas últimas com o intervalo de confiança de 95% (IC95%) com o intuito de comparar os resultados, foram realizadas entre as categorias de segmento populacional, segundo as características socio-demográficas e econômicas.

A associação da forma de declaração de idade com as covariáveis foi avaliada por meio de modelos de regressão logística gerados para cada categoria de tipo de informante, macrorregião e situação de domicílio. Os modelos foram primeiramente ajustados para cada uma das covariáveis, selecionando-se aquelas estatisticamente significativas ao nível de 25%. Após a inclusão simultânea de todos os efeitos principais, o grau de associação e a significância estatística de cada uma das variáveis independentes em relação à forma de declaração de idade foram analisados por meio da estimativa da razão de chance (RC) ajustada (por sexo, faixa etária, ler e escrever e renda). Para essa análise, a fim de comparar o resultado entre as covariáveis e as categorias de segmento populacional, foi considerada a significância de 95% (IC95%). A RC informa se a chance, nesse caso, do indígena de informar a idade através da data de nascimento é maior ou menor em comparação ao não indígena. As análises foram conduzidas levando-se em consideração o desenho amostral probabilístico utilizado no Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012c).

Características sociodemográficas, econômicas e fatores associados à forma de declaração de idade

O estudo envolveu 167 municípios, assim distribuídos: 58 no Norte; 35 no Nordeste; 37 no Sudeste/Sul; e 37 no Centro-Oeste. Desses, somente dez não tinham, à época, TI (Funai, 2011). A população total investigada foi de 2.013.981 indivíduos, dos quais 310.855 eram indígenas (15,4%), constituindo 38,0% da população indígena do país (51,5% dos indígenas residentes em área rural – 53,9% no Norte, 49,1% no Nordeste, 44,4% no Sudeste/Sul e 52,2% no Centro-Oeste – e 16,5% em área urbana – 39,1% no Norte, 20,0% no Nordeste, 1,3% no Sudeste Sul e 15,2% no Centro-Oeste). A macrorregião Norte concentrou a maior frequência populacional (39,0%), o maior número de municípios e também a maior quantidade de municípios cujas populações eram constituídas por 50,0% ou mais de indígenas.

Na amostra de municípios investigados, a maioria dos indígenas vivia em área rural (83,3%), tinha entre 10 e 29 anos (59,2%), residia em domicílios que recebiam até 0,25 SM *per capita* (63,6%) e sabia ler e escrever (70,1%) (Tabela 1). Quanto aos não indígenas, cerca de 50,0% tinham entre 10 e 29 anos, mais de 80,0% sabiam ler e escrever e 30,0% recebiam até 0,25 SM *per capita*. Os não indígenas se mostraram mais concentrados em área urbana, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. A despeito dessas diferenças, indígenas e não indígenas relataram predominantemente a data de nascimento (93,3% e 94,7%), sendo a diferença estatisticamente significativa (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição percentual (%; IC95%) dos indivíduos segundo segmento populacional e de acordo com as covariáveis investigadas. Municípios selecionados. Brasil – 2010

Covariáveis	Segmento populacional	
	Indígena (N=310.855)	Não indígena (N=1.703.126)
SEXO		
Feminino	51,0 (50,6 – 51,4)	51,4 (51,2 – 51,5)
Masculino	49,0 (48,6 – 49,4)	48,6 (48,5 – 48,8)
FAIXA ETÁRIA (ANOS)		
10 a 29	59,2 (58,8 – 59,7)	48,7 (48,5 – 48,9)
30 a 49	25,9 (25,5 – 26,3)	30,8 (30,6 – 31,0)
≥ 50	14,8 (14,4 – 15,3)	20,5 (20,3 – 20,7)
LER E ESCRIVER		
Sim	70,1 (69,4 – 70,8)	83,5 (83,3 – 83,7)
Não	29,9 (29,2 – 30,6)	16,5 (16,3 – 16,7)
RENDIA (SM)		
Sem rendimento	18,5 (17,6 – 19,4)	6,3 (6,1 – 6,6)
até 0,25	45,1 (43,9 – 46,2)	24,2 (23,8 – 24,6)
0,25 a 0,5	21,6 (20,8 – 22,6)	24,3 (23,9 – 24,6)
0,5 a 1	11,2 (10,6 – 11,9)	25,0 (24,6 – 25,3)
≥ 1	3,6 (3,3 – 4,0)	20,2 (19,9 – 20,5)
FORMA DE DECLARAÇÃO DE IDADE		
Data de nascimento	93,3 (92,8 – 93,8)	94,7 (94,6 – 94,9)
Idade declarada	6,7 (6,2 – 7,2)	5,3 (5,1 – 5,4)
MACRORREGIÃO		
Norte	50,1 (49,1 – 51,2)	36,8 (36,5 – 37,1)
Nordeste	23,0 (22,2 – 23,8)	31,2 (31,0 – 31,4)
Sudeste/Sul	9,0 (8,6 – 9,4)	9,6 (9,5 – 9,7)
Centro-Oeste	17,8 (17,0 – 18,7)	22,4 (22,3 – 22,6)
SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO		
Urbano	16,7 (16,0 – 17,5)	63,2 (62,8 – 63,6)
Rural	83,3 (82,5 – 84,0)	36,8 (36,4 – 37,2)
INFORMANTE		
A própria pessoa	40,0 (43,4 – 43,8)	44,3 (44,0 – 44,5)
Outro morador	48,2 (51,9 – 52,4)	52,9 (52,7 – 53,2)
Não morador	11,7 (4,0 – 4,4)	2,8 (2,7 – 2,9)

Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico 2010.

Em relação à pessoa que proveu a resposta ao recenseador, chama a atenção o maior percentual da categoria “não morador” entre os indígenas (11,7%), cerca de cinco vezes superior ao observado para não indígenas (2,8%) (Tabela 1). Independentemente da macrorregião, da situação do domicílio e do segmento populacional, o informante mais frequente foi “outro morador” (Tabela 2). Para indígenas da área rural do Norte (15,7%) e do Centro-Oeste (18%), as frequências de resposta por “não morador” foram até seis vezes maiores que aquelas para não indígenas.

Tabela 2 – Distribuição percentual (%; IC95%) dos indivíduos segundo tipo de informante e segmento populacional, de acordo com a situação de domicílio e a macrorregião. Municípios selecionados. Brasil – 2010

Situação do domicílio	Macrorregião	Própria pessoa		Outro morador		Não morador	
		Indígena	Não indígena	Indígena	Não indígena	Indígena	Não indígena
Urbano	Norte	38,3 (36,0 - 40,6)	40,0 (39,5 - 40,5)	59,2 (56,8 - 61,6)	57,5 (57,0 - 58,0)	2,5 (1,7 - 3,8)	2,6 (2,3 - 2,9)
	Nordeste	42,5 (40,7 - 44,5)	43,3 (42,8 - 43,8)	55,3 (53,3 - 57,2)	54,1 (53,6 - 54,7)	2,2 (1,4 - 3,2)	2,6 (2,3 - 2,9)
	Sudeste/Sul	45,5 (37,1 - 54,1)	47,8 (47,2 - 48,5)	52,6 (43,9 - 61,1)	49,6 (49,0 - 50,2)	2,0 (0,6 - 6,1)	2,6 (2,3 - 2,9)
	Centro-Oeste	43,9 (39,9 - 47,9)	43,3 (42,8 - 43,7)	53,7 (49,6 - 57,9)	57,3 (53,3 - 54,3)	2,4 (1,3 - 4,3)	3,0 (2,7 - 3,3)
Rural	Norte	40,4 (39,1 - 41,6)	48,2 (47,2 - 49,1)	44,0 (42,6 - 45,3)	48,5 (47,5 - 49,4)	15,7 (14,3 - 17,1)	3,4 (3,0 - 3,8)
	Nordeste	43,9 (42,5 - 45,3)	45,1 (44,4 - 45,7)	49,2 (47,6 - 50,7)	51,9 (51,2 - 52,5)	6,9 (5,7 - 8,4)	3,1 (2,7 - 3,5)
	Sudeste/Sul	37,7 (36,3 - 39,1)	49,6 (48,9 - 50,2)	54,7 (53,1 - 56,3)	48,2 (47,5 - 48,9)	7,6 (6,3 - 9,1)	2,2 (1,9 - 2,6)
	Centro-Oeste	35,9 (34,8 - 37,8)	49,3 (48,4 - 47,8)	46,1 (43,8 - 48,4)	47,4 (46,6 - 48,3)	18,0 (15,2 - 21,2)	3,2 (2,8 - 3,8)

Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico 2010.

Na área urbana, de maneira geral, indígenas declararam proporcionalmente mais a idade que os não indígenas (Tabela 3). Em todas as faixas etárias, as proporções de indígenas que não informaram a data de nascimento foram maiores comparadas às observadas em não indígenas, com exceção dos moradores do Nordeste. Indígenas da área urbana que ganhavam mais de um SM, ao contrário das outras categorias, e com exceção do Nordeste, responderam com menor frequência a idade através da data de nascimento. Além disso, somente no Nordeste, indígenas do sexo feminino apresentaram percentuais maiores de idade declarada do que indígenas do sexo masculino. No Centro-Oeste, diferentemente das outras macrorregiões, a idade declarada foi menos frequente entre os indígenas que não sabiam ler e escrever, o que indica, inesperadamente que, nesse caso, a data de nascimento foi mais referida. Quando questionário foi respondido por outro morador, com exceção do Nordeste, as proporções de idade declarada em indígenas foram maiores que as observadas em não indígenas.

Tabela 3 – Distribuição percentual (%; IC95%) dos indivíduos na categoria idade declarada, no quesito declaração de idade, de acordo com as covariáveis investigadas e segundo segmento populacional e macrorregião. Área urbana, municípios selecionados. Brasil – 2010

Variáveis	Norte		Nordeste		Sudeste/Sul		Centro-Oeste	
	Indígena	Não indígena	Indígena	Não indígena	Indígena	Não indígena	Indígena	Não indígena
SEXO								
Feminino	0,3 (7,1 - 12,0)	5,1 (4,7 - 5,5)	6,4 (4,7 - 8,6)	7,7 (7,1 - 8,3)	11,6 (4,7 - 26,0)	2,7 (2,1 - 3,3)	7,0 (4,4 - 10,9)	6,8 (5,8 - 6,3)
Masculino	6,8 (5,1 - 8,9)	4,4 (4,0 - 4,8)	5,5 (4,0 - 7,5)	6,2 (5,7 - 6,7)	9,0 (2,6 - 27,2)	2,3 (1,9 - 2,7)	8,9 (5,2 - 14,8)	5,5 (5,0 - 5,9)
FAIXA ETÁRIA (ANOS)								
10 a 29	8,3 (6,1 - 11,1)	4,6 (4,1 - 5,0)	5,7 (4,1 - 7,8)	6,8 (6,2 - 7,4)	10,6 (3,7 - 27,0)	2,5 (2,0 - 3,1)	9,6 (6,2 - 14,6)	6,4 (5,9 - 7,0)
30 a 49	7,1 (5,2 - 9,7)	4,9 (4,5 - 5,4)	5,5 (3,8 - 7,8)	7,0 (6,4 - 7,6)	9,5 (3,7 - 22,2)	2,6 (1,9 - 3,0)	6,6 (3,5 - 12,3)	5,8 (5,3 - 6,3)
≥ 50	8,6 (5,9 - 12,4)	5,0 (4,4 - 5,6)	7,2 (4,6 - 11,1)	7,1 (6,4 - 7,8)	10,4 (3,3 - 28,2)	2,5 (2,1 - 3,1)	5,8 (2,8 - 11,6)	6,0 (5,4 - 6,6)
LER E ESCREVER								
Sim	8,0 (6,2 - 10,3)	4,7 (4,3 - 5,1)	5,2 (3,9 - 7,0)	6,2 (5,8 - 6,7)	10,2 (3,3 - 27,2)	2,2 (1,8 - 2,6)	8,2 (5,3 - 12,5)	5,7 (5,3 - 6,2)
Não	8,0 (4,9 - 13,0)	5,3 (4,5 - 6,3)	9,0 (6,2 - 13,0)	9,7 (8,8 - 10,7)	10,9 (4,5 - 24,0)	5,3 (4,0 - 6,9)	6,7 (3,3 - 13,1)	10,6 (9,3 - 12,1)
RENDIA (SM)								
Sem rendimento	9,5 (3,6 - 23,1)	7,6 (5,6 - 10,1)	5,2 (2,2 - 11,8)	10,6 (8,2 - 13,6)	*	5,7 (2,9 - 10,9)	27,6 (6,3 - 68,3)	20,8 (17,8 - 25,3)
até 0,25	8,4 (5,3 - 13,0)	4,9 (4,1 - 5,9)	6,9 (4,4 - 10,5)	7,8 (6,8 - 9,0)	1,0 (0,1 - 6,5)	3,7 (2,3 - 6,0)	6,2 (2,1 - 16,9)	10,6 (8,3 - 13,4)
0,25 a 0,5	6,0 (3,6 - 9,8)	4,4 (3,8 - 5,1)	7,6 (4,6 - 12,2)	7,3 (6,5 - 8,2)	18,4 (3,4 - 54,1)	3,3 (2,0 - 5,5)	6,4 (3,4 - 11,7)	6,9 (5,9 - 8,0)
0,5 a 1	8,2 (5,3 - 12,7)	5,3 (4,6 - 6,1)	4,5 (2,8 - 7,1)	6,8 (6,0 - 7,7)	12,2 (2,0 - 49,0)	3,3 (2,5 - 4,1)	5,8 (2,1 - 15,3)	5,5 (4,8 - 6,2)
≥ 1	10,3 (4,8 - 20,8)	3,7 (3,0 - 4,4)	1,9 (0,8 - 4,3)	4,1 (3,3 - 5,0)	13,8 (4,7 - 34,1)	1,2 (0,8 - 1,6)	11,3 (4,5 - 25,5)	3,9 (3,5 - 4,5)
INFORMANTE								
A própria pessoa	2,8 (1,9 - 4,1)	2,2 (1,9 - 2,6)	2,4 (1,4 - 3,9)	3,1 (2,8 - 3,5)	2,1 (0,7 - 6,1)	1,1 (0,8 - 1,4)	2,0 (0,9 - 4,5)	2,2 (1,9 - 2,5)
Outro morador	10,9 (8,3 - 14,2)	6,1 (5,6 - 6,6)	7,9 (6,0 - 10,5)	9,5 (8,6 - 10,2)	17,7 (6,2 - 41,2)	3,4 (2,7 - 4,1)	11,7 (7,5 - 17,8)	8,3 (7,7 - 8,9)
Não morador	18,7 (6,2 - 44,6)	13,7 (10,8 - 17,2)	23,8 (9,7 - 47,8)	16,7 (13,5 - 20,5)	*	10,7 (7,4 - 15,1)	33,5 (14,6 - 59,8)	23,4 (19,5 - 27,8)
Total	8,0 (6,2 - 10,2)	4,7 (4,4 - 5,1)	5,9 (4,5 - 7,7)	6,9 (6,5 - 7,4)	10,3 (3,9 - 24,7)	2,5 (2,1 - 2,9)	8,0 (5,2 - 12,1)	6,1 (5,7 - 6,5)

* 100% das populações informaram a data de nascimento.

Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico 2010.

Assim como observado na área urbana, indígenas da área rural também declararam proporcionalmente mais a idade que não indígenas, e as maiores diferenças foram observadas no Sudeste/Sul (Tabela 4). Indígenas e não indígenas da macrorregião Nordeste apresentaram as maiores frequências de idade declarada quando comparadas com o observado as demais macrorregiões. Cabe destacar que no Sudeste/Sul as proporções de idade declarada para os indígenas superaram em até sete vezes os valores observados entre não indígenas. Indígenas e não indígenas do sexo masculino apresentaram percentuais de idade declarada maiores do que indivíduos do sexo feminino. Moradores que não sabiam ler e escrever da macrorregião Nordeste, de ambos os segmentos populacionais, apresentaram os maiores percentuais de idade declarada, comparados aos moradores das demais regiões. Destacam-se os valores acima de 10% de idade declarada para os não indígenas sem rendimento do Nordeste e para os indígenas com mais do que um SM do Centro-Oeste. Comparado aos não indígenas, para os indígenas cujos informantes foram “não moradores”, foram encontradas menores proporções de idade declarada, com exceção do Sudeste/Sul, com destaque para as macrorregiões Norte e Centro-Oeste, onde “não moradores” informaram, para mais de 90% dos indivíduos, a data de nascimento dos indígenas.

Tabela 4 – Distribuição percentual (%; IC95%) dos indivíduos na categoria idade declarada, no quesito declaração de idade, de acordo com as covariáveis investigadas e segundo segmento populacional e macrorregião. Área rural, municípios selecionados. Brasil – 2010

Variáveis	Norte		Nordeste		Sudeste/Sul		Centro-Oeste	
	Indígena	Não indígena	Indígena	Não indígena	Indígena	Não indígena	Indígena	Não indígena
SEXO								
Feminino	6,3 (5,4 - 7,3)	4,6 (4,0 - 5,2)	9,5 (8,1 - 11,2)	7,4 (6,8 - 8,1)	6,4 (5,3 - 7,8)	1,1 (0,8 - 1,4)	5,7 (4,8 - 6,9)	4,2 (3,6 - 4,8)
Masculino	6,0 (5,2 - 7,1)	3,7 (3,2 - 4,2)	7,8 (6,6 - 9,1)	6,4 (5,9 - 7,1)	6,2 (5,0 - 7,6)	1,0 (0,8 - 1,4)	5,6 (4,6 - 6,7)	3,8 (3,2 - 4,6)
FAIXA ETÁRIA (ANOS)								
10 a 29	6,4 (5,4 - 7,5)	4,2 (3,6 - 4,9)	8,9 (7,5 - 10,5)	7,0 (6,3 - 7,8)	6,5 (5,4 - 7,9)	1,2 (0,9 - 1,7)	5,6 (4,6 - 6,8)	4,0 (3,2 - 4,8)
30 a 49	5,8 (4,8 - 6,9)	3,8 (3,3 - 4,4)	8,6 (7,1 - 10,3)	6,7 (6,0 - 7,4)	5,4 (4,3 - 6,9)	1,0 (0,8 - 1,4)	5,9 (4,6 - 7,5)	4,3 (3,6 - 5,2)
≥ 50	6,2 (5,0 - 7,7)	5,0 (4,2 - 6,0)	8,1 (6,2 - 10,5)	7,1 (6,3 - 7,9)	6,9 (5,1 - 9,2)	0,9 (0,6 - 1,2)	5,5 (4,1 - 7,5)	3,6 (2,7 - 4,7)
LER E ESCREVER								
Sim	6,9 (5,9 - 8,0)	4,2 (3,7 - 4,8)	8,0 (6,8 - 9,4)	5,9 (5,4 - 6,5)	6,7 (5,6 - 8,1)	0,9 (0,7 - 1,2)	5,6 (4,6 - 6,7)	3,9 (3,3 - 4,5)
Não	5,1 (4,0 - 6,6)	4,2 (3,6 - 5,0)	10,1 (8,3 - 12,2)	9,3 (8,4 - 10,3)	4,8 (3,6 - 6,4)	2,2 (1,4 - 3,4)	5,9 (4,6 - 7,5)	5,1 (3,9 - 6,6)
RENDIA (SM)								
Sem rendimento	3,2 (2,3 - 4,5)	3,3 (2,5 - 4,4)	6,1 (3,9 - 9,4)	14,8 (11,2 - 19,4)	4,2 (2,2 - 8,1)	1,6 (0,8 - 3,2)	2,2 (1,3 - 3,6)	2,8 (1,1 - 6,9)
Até 0,25	7,4 (6,0 - 9,1)	4,0 (3,3 - 4,9)	9,7 (7,9 - 11,9)	6,1 (5,7 - 7,8)	7,4 (5,7 - 9,4)	1,7 (1,1 - 2,6)	5,2 (3,9 - 6,8)	3,9 (2,9 - 5,2)
0,25 a 0,5	8,7 (6,6 - 11,5)	5,2 (3,9 - 6,7)	9,2 (6,7 - 12,4)	6,7 (5,7 - 7,8)	6,2 (4,1 - 9,1)	1,7 (1,1 - 2,6)	8,1 (6,0 - 10,8)	3,9 (2,9 - 5,2)
0,5 a 1	5,8 (2,7 - 11,7)	4,0 (2,8 - 5,7)	7,1 (4,9 - 10,3)	6,3 (5,4 - 7,4)	4,8 (3,1 - 7,4)	1,0 (0,6 - 1,5)	6,7 (4,2 - 10,6)	4,2 (3,3 - 5,3)
≥ 1	5,7 (2,7 - 11,5)	5,0 (3,5 - 7,0)	3,0 (1,3 - 6,2)	7,0 (5,2 - 9,3)	2,6 (0,7 - 8,4)	0,6 (0,3 - 1,0)	11,8 (6,1 - 21,4)	3,6 (2,8 - 4,8)
INFORMANTE								
A própria pessoa	4,8 (3,7 - 6,1)	2,2 (1,9 - 2,6)	4,8 (3,8 - 6,0)	5,1 (4,5 - 5,8)	2,3 (1,7 - 3,1)	0,4 (0,3 - 0,7)	3,5 (2,6 - 4,6)	1,2 (0,9 - 1,5)
Outro morador	6,8 (5,8 - 8,1)	5,6 (4,9 - 6,5)	11,4 (9,8 - 13,3)	7,5 (6,8 - 8,2)	7,6 (6,1 - 9,4)	1,2 (0,9 - 1,6)	6,8 (5,5 - 8,4)	5,6 (4,7 - 6,6)
Não morador	8,0 (5,8 - 11,0)	12,2 (9,2 - 16,0)	13,8 (8,4 - 21,9)	24,5 (19,1 - 30,9)	17,3 (11,7 - 24,8)	10,8 (6,2 - 18,1)	6,9 (4,7 - 10,1)	24,2 (18,4 - 31,0)
Total	6,2 (5,3 - 7,2)	4,2 (3,7 - 4,7)	8,7 (7,5 - 10,1)	6,9 (6,4 - 7,5)	6,3 (5,2 - 7,6)	1,1 (0,8 - 1,3)	5,6 (4,8 - 6,7)	4,0 (3,5 - 4,6)

Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico 2010.

De forma consistente, os resultados das regressões logísticas evidenciaram diferenças nas chances de a resposta sobre a idade ser proveniente da data de nascimento entre indígenas e não indígenas nos distintos tipos de informante e situação de domicílio (Figura 1). Para área urbana, após o ajuste pelas covariáveis de interesse, constataram-se diferenças significativas nas regiões Norte e Sudeste/Sul. Nessas áreas, quando o informante foi “outro morador”, a chance de a data de nascimento ter sido relatada para indivíduos indígenas foi menor quando comparada aos não indígenas – $RC=0,53$ (IC95%: 0,39-0,73); $RC=0,18$ (IC95%: 0,05-0,64), respectivamente para o Norte e Sudeste/Sul.

Na área rural, quando os informantes foram a “própria pessoa”, com exceção do Nordeste, e “outro morador”, as chances de os indígenas terem informado a data de nascimento foram menores comparados aos não indígenas. Ao contrário do esperado a princípio, quando o informante foi um “não morador” nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, as associações mudaram de sentido, ou seja, a chance de o indígena ter a data do nascimento informada foi maior em comparação aos não indígenas – $RC=2,05$ (IC95%: 1,10-3,84), $RC=2,34$ (IC95%: 1,23-4,45), respectivamente.

Figura 1 – Razões de chances ajustadas* (IC95%) para a data de nascimento, como forma de declaração de idade, de acordo com o tipo de informante e segundo macrorregião, em área urbana (A) e rural (B). ** Municípios selecionados. Brasil – 2010

Figura 1 – Razões de chances ajustadas* (IC95%) para a data de nascimento, como forma de declaração de idade, de acordo com o tipo de informante e segundo macrorregião, em área urbana (A) e rural (B).** Municípios selecionados. Brasil – 2010 (cont.)

* As covariáveis utilizadas para o ajuste dos modelos, não apresentadas graficamente, foram: sexo, faixa etária, ler e escrever e renda.

** O segmento não indígena foi a categoria de referência (1,00).

*** Não há resultado para SU/S na área urbana para o informante “não morador” (área urbana) devido ao número populacional reduzido.

OBS.: N – Norte, NE – Nordeste, SE/S – Sudeste/Sul, CO – Centro-Oeste.

Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico 2010.

Considerações finais

Os resultados deste estudo evidenciam particularidades na população indígena em comparação à não indígena nas respostas da “forma de declaração de idade” e nas associações com as covariáveis analisadas. Houve predomínio da data de nascimento nos dois segmentos, com frequências acima de 90% em ambas. Não obstante, apesar da idade declarada ter se mostrado menos expressiva, a população indígena apresentou um percentual mais elevado. Ao analisar os dados do Censo Demográfico 2010, Pereira, Filho e Sá (2012) também observaram uma baixa fre-

quência de idade declarada em indígenas em comparação com a data de nascimento, esta última também superior a 90%.

A idade quando informada pela data de nascimento, ainda que seja potencialmente mais precisa que a declarada (Horta, Sawyer & Carvalho, 2006; Hobbs, 2004), no caso da população indígena no Brasil, deve ser analisada com cautela. Azevedo (2009) investigou quatro etnias do Alto Rio Negro a partir do Censo Indígena Autônomo do Rio Negro, conduzido pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. Foram excluídas do estudo as mulheres que não informaram a idade delas e a idade de seus filhos nascidos vivos, sobreviventes ou mortos, sem que tenha sido declarada a causa dessa exclusão. Souza e Santos (2001) mencionam que é comum que indígenas adultos obtenham certidão de nascimento muito tempo após seu nascimento, e por esse motivo a data de nascimento pode ser aproximada. Há outras dimensões, de ordem antropológica, que também devem ser consideradas. Nesse sentido, os marcadores de tempo são fortemente influenciados por aspectos socioculturais, de modo que, para muitas sociedades indígenas, a data de nascimento não tem a centralidade observada nas sociedades ocidentais (Pereira, Filho & Sá, 2012; Borges *et al.*, 2010; Flowers, 1994; Werner, 1983).

Conforme esperado, e de maneira geral, para indígenas e não indígenas, quando a “própria pessoa” respondeu ao Censo, observou-se maior frequência de registro de data de nascimento, ao passo que “não moradores” tenderam a relatar mais idade declarada. Contudo, para indígenas das áreas rurais do Norte e do Centro-Oeste, o “não morador” informou a data de nascimento com uma frequência mais elevada. Destaca-se também que a análise da associação da forma de declaração de idade com as covariáveis consideradas neste estudo reforça a diferença na chance de os indígenas, em relação aos não indígenas, informarem a data de nascimento. Além disso, esse resultado reafirma a influência da situação de domicílio (área urbana e rural) e da pessoa que respondeu ao questionário.

Santana e colaboradores (1997), por exemplo, constaram que a qualidade da informação se associa ao grau de aproximação do respondente com o investigado. Jardim, Barreto e Giatti (2010), por sua vez, encontraram viés na resposta proveniente de um segundo informante e concluíram ser mais adequado, em inquéritos, usar somente um entrevistado. Santos e colaboradores (2015), com base nos dados do Censo Demográfico 2010 para as regiões Norte e Nordeste, verificaram que a pessoa que responde tem uma influência importante nos níveis de parturição relatados. Especificamente, os autores mostraram que, nos casos em que os entrevistados eram “outro morador” e “não morador”, houve uma tendência a subestimar a contagem de filhos, particularmente entre mulheres indígenas do Norte.

O manual do Censo Demográfico 2010 indica que deve ser preferencialmente entrevistado o responsável pelo domicílio e, na sua ausência, uma pessoa que tenha conhecimento suficiente sobre os demais moradores (IBGE, 2010b).

Os resultados deste estudo evidenciaram a predominância proporcional de “outro morador” respondendo aos questionários, em ambas as populações. Tal situação é esperada, uma vez que o recenseador nem sempre encontra todos os moradores no domicílio no momento da coleta de dados e, nesses casos, quem deve responder ao questionário é o responsável pelo domicílio.

No entanto, em relação ao respondente, segundo Cavenaghi e Alves (2011), observações de campo e análises de relatórios dos recenseadores mostraram que as recomendações do manual não são necessariamente seguidas. Uma situação comumente observada para indígenas na área rural foi a elevada frequência de “não morador” no Norte e Centro-Oeste, menos pronunciada no Sudeste/Sul e no Nordeste, respondendo aos questionários. Com base apenas nos dados censitários, não é possível explicar as razões associadas ao fato de “outro morador” e “não morador” terem maior participação nas respostas no caso dos indígenas. Em particular, quanto ao “não morador”, é possível que se refira aos profissionais de educação e de saúde que trabalham e residem nas comunidades indígenas e que, por conhecerem bem a população, tenham atuado como mediadores das entrevistas censitárias (Santos *et al.*, 2015; Coimbra *et al.*, 2013; Marinho, Santos & Pereira, 2011).

Com respeito a investigações sobre as populações indígenas, Howell (1979) e Pagliaro, Azevedo e Santos (2005) afirmam que a colaboração entre demógrafos e antropólogos pode ser importante para melhorar a qualidade dos dados demográficos, incluindo aqueles referentes à idade. Howell (1979), Werner (1983), Early e Peters (1990), Flowers (1994) e Coimbra e colaboradores (2002) descrevem diversas técnicas voltadas para a coleta de dados acerca de idade em populações indígenas. No âmbito dos censos nacionais, para fins da coleta de dados sobre povos culturalmente diferenciados, como os indígenas, por certo não é exequível a incorporação em larga escala de métodos particulares. Não obstante, no caso da realização de futuros levantamentos, mais circunscritos, seja por agências governamentais ou não, dirigidos especificamente para indígenas, seria importante explorar, na fase de planejamento e elaboração dos questionários, as potencialidades de procedimentos metodológicos previamente propostos por antropólogos e demógrafos que trabalham com comunidades indígenas (Coimbra *et al.*, 2002; Flowers, 1994; Early & Peters, 1990; Werner, 1983).

De acordo com Pereira, Filho e Sá (2012), o aumento na frequência de resposta ao quesito sobre idade a partir da data de nascimento, assim como a melhora nos índices que medem a qualidade dessa informação (Myers, Whipple e Nações Unidas), referente aos indígenas, nos Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010, podem estar relacionados ao tipo de instrumento de coleta e à estrutura da pergunta. Em 1991, os dados coletados foram anotados manualmente em questionários impressos e digitalizados posteriormente. Quando a informação sobre a data exata do nascimento era obtida, o entrevistador não perguntava a idade em anos

completos. Em 2000, os questionários também foram respondidos em papel, porém foram escaneados. Além disso, tanto a informação da data de nascimento quanto a idade em anos foram averiguadas. Finalmente, em 2010, os dados foram digitalizados no momento da entrevista, com o uso de um *personal digital assistant* (PDA), e as opções de resposta quanto à idade foi similar à utilizada no Censo de 1991.

Podem ser mencionadas diversas implicações em potencial quanto aos resultados do presente estudo no âmbito das pesquisas sobre demografia da população indígena no Brasil. Ainda que este trabalho não tenha incluído crianças menores de 10 anos, um exemplo particularmente pertinente se refere aos índices de mortalidade infantil, pois seu cálculo depende da precisão da idade, cujos níveis se mostram substancialmente mais elevados na população indígena se comparados ao restante da população brasileira (Cardoso, Santos & Coimbra, 2005; IBGE, 2005). Com base nos dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), Caldas e colaboradores (2017) evidenciaram que a taxa de mortalidade infantil de indígenas no Brasil em 2009-2010 foi de 47,2 por mil, substancialmente mais elevada que nas demais categorias de cor ou raça (variando de 15,2 por mil em crianças de cor ou raça branca a 29,1 em crianças de cor ou raça preta). Em parte, essas diferenças, principalmente para indígenas e pretos, devem-se ao componente pós-neonatal, relacionado a óbitos ocorridos entre 28 e 364 dias de vida. Desse modo, em estudos sobre iniquidades em saúde envolvendo a população indígena, como é o caso da mortalidade infantil, é de particular importância o acesso a dados os mais fidedignos possíveis acerca de idade, de preferência baseados na data de nascimento. Como observado nesta investigação, as diferenças entre indígenas e não indígenas, no tocante às frequências de idade reportada, se mostraram mais evidentes nas áreas rurais, onde possivelmente também ocorrem as mais pronunciadas diferenças nos níveis de mortalidade infantil e de seus componentes.

É importante chamar atenção para alguns aspectos que não foram explorados neste estudo, assim como para potenciais limitações. As informações sobre etnia e língua dos indígenas captadas no Censo de 2010 não estão disponíveis nos microdados da amostra, de modo que não foi possível incluí-las. Os índices de qualidade de dados (Myers, Whipple, das Nações Unidas, dentre outros) – amplamente utilizados em trabalhos sobre idade a partir de levantamentos censitários (Horjales, Koolhaas & Nathan, 2012; Horta, 2012; Pereira, Filho & Sá, 2012; Hobbs, 2004; ONU, 1955) – não foram aqui estudados, pois o foco das análises incidiu no tipo de declaração de idade. Quanto aos critérios de seleção da amostra investigada, alcançou-se uma cobertura mais expressiva da população indígena em área rural (51,5% do total de indígenas no país), quando comparada à área urbana (16,5%).

Os resultados aqui descritos evidenciam que há diferença nas respostas sobre a forma de declaração de idade na população indígena em comparação ao segmento não indígena nos municípios investigados. As variáveis situação de domi-

cílio e tipo de informante se mostraram particularmente importantes nos padrões de respostas. Ainda que este capítulo tenha trazido novos subsídios na interpretação dos dados sobre idade na população indígena a partir do Censo de 2010, um importante passo adicional seria investigar questões ligadas a pertencimento étnico e língua, entre outras variáveis de ordem sociocultural. Tais análises, sem dúvida, permitirão uma compreensão mais matizada acerca dos complexos fatores envolvidos nas declarações de idade desse segmento, em particular por levar em consideração a sociodiversidade indígena existente no Brasil.

Referências

- AZEVEDO, M. M. Saúde reprodutiva e mulheres indígenas do Alto Rio Negro. *Caderno CRH*, 22 (57): 463-477, 2009.
- AZEVEDO, M. M. O Censo Demográfico 2010 e os povos indígenas. In: RICARDO, C. A. & RICARDO, F. (Orgs.). *Povos Indígenas do Brasil 2006/2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.
- BORGES, A. S. *et al.* Captando informações da população indígena nos censos demográficos: o caso da aldeia de Santa Rosa do Ocoy. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XVII, Caxambu, 2010.
- BORGES, J. C. *O Retorno da Velha Senhora ou a Categoria de Tempo entre os Krahô*, 2004. Dissertação de Mestrado, Brasília: Universidade de Brasília.
- CALDAS, A. D. R. *et al.* Mortalidade infantil segundo cor ou raça com base no Censo Demográfico de 2010 e nos sistemas nacionais de informação em saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(7): 1-13, 2017.
- CARDOSO, A. M.; SANTOS, R. V. & COIMBRA, C. E. A. Mortalidade infantil segundo raça/cor no Brasil: o que dizem os sistemas nacionais de informação?. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(5): 1.602-1.608, 2005.
- CAVENAGHI, S. & ALVES, J. Domicilios y familias en la experiencia censal del Brasil: cambios y propuesta para identificar arreglos familiares. *Notas de Población*, 92: 15-46, 2011.
- COIMBRA, C. E. A. *et al.* *The Xavante in Transition: health, ecology and bioanthropology in Central Brazil*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.
- COIMBRA, C. E. A. *et al.* The first national survey of indigenous people's health and nutrition in Brazil: rationale, methodology, and overview of results. *BMC Public Health*, 13: 13-52, 2013.
- EARLY, J. D. & PETERS, J. F. *The Population Dynamics of the Mucajaí Yanomama*. San Diego: Academic Press, 1990.

- FLOWERS, N. M. Crise e recuperação demográfica: os Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso. In: SANTOS, R. V. & COIMBRA, E. A. (Orgs.). *Saúde e Povos Indígenas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Listagem de terras indígenas, 2011. Disponível em: <<http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/terras-indigenas/tis/listagem-de-terras-indigenas-funai-2011.xls/view>> Acesso em: 14 out. 2013.
- GONÇALVES, J. M. M. *IBGE: um retrato histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Documentação e Biblioteca, 1995.
- HOBBS, F. Age and sex composition. In: SIEGEL, J. & SWANSON, D. (Eds.). *The Methods and Materials of Demography*. London: Elsevier Academic Press, 2004.
- HORJALES, R.; KOOLHAAS, M. & NATHAN, M. Análisis de la calidad de la edad declarada en los censos de población de Uruguay. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XVIII, 2012, Montevideo.
- HORTA, C. J. G. Idade declarada nos censos demográficos e a qualidade da informação. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XVIII, 2012, Águas de Lindoia.
- HORTA, C. J. G.; SAWYER, D. R. T. O. & CARVALHO, J. S. M. de. Ajuste das estruturas de mortalidade para Brasil, unidades da federação, regiões metropolitanas e capitais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XV, 2006, Caxambu.
- HOWELL, N. *Demography of the Dobe! Kung*. New York: Walter de Gruyter, 1979.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Uma Análise dos Indígenas com Base nos Resultados da Amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese das Etapas da Pesquisa*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta: manual do recenseador PA – 1.09*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios – resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Os Indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Características Gerais dos Indígenas no Censo Demográfico 2010: resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012c.

- JANNUZZI, P. D. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público Brasília*, 56(2): 137-160, 2005.
- JARDIM, R.; BARRETO, S. & GIATTI, L. Confiabilidade das informações obtidas de informante secundário em inquéritos de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 26(8): 1.537-1.548, 2010.
- MARINHO, G. L.; SANTOS R. V. & PEREIRA, N. O. M. Classificação dos domicílios “indígenas” no Censo Demográfico 2000: subsídios para a análise de condições de saúde. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 28(2): 449-466, 2011.
- MÉDICI, A. C. Sistema estatístico, planejamento e sociedade no Brasil (notas para uma discussão). *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 7(2): 191-206, 1990.
- OLIVEIRA, J. S. “Brasil mostra tua cara”: imagens da população brasileira nos Censos Demográficos de 1872 a 2000. *Escola Nacional de Ciências Estatísticas (textos para discussão)*, 6: 1-75, 2003.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Manual II: methods of appraisal of quality of basic data for population estimates*. New York: United Nations, 1955.
- PAES, N. A. & ALBUQUERQUE, M. E. E. Avaliação da qualidade dos dados populacionais e cobertura dos registros de óbitos para as regiões brasileiras. *Revista de Saúde Pública*, 33(1): 33-43, 1999.
- PAGLIARO H.; AZEVEDO, M. M. & SANTOS, R. V. (Orgs.). *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005.
- PAGLIARO, H.; MENDONÇA, S. & BARUZZI, R. Fecundidade e saúde reprodutiva das mulheres Suyá (Kisêdjê): aspectos demográficos e culturais. *Caderno CRH*, 22(57): 479-491, 2009.
- PEREIRA, N. O. M. & AZEVEDO, M. M. Os povos indígenas e os censos do IBGE: uma experiência brasileira. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO, I, 2004, Caxambu.
- PEREIRA, N. O. M.; MAIA FILHO, R. & SÁ, M. Avaliação das variáveis sexo e idade nas informações censitárias. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XVIII, 2012, Águas de Lindoia.
- SANTANA, V. *et al.* Confiabilidade e viés do informante secundário na pesquisa epidemiológica: análise de questionário para triagem de transtornos mentais. *Revista de Saúde Pública*, 31(6): 556-565, 1997.
- SANTIAGO, C. D. J. & VERONA, A. P. Perfil religioso da população autodeclarada indígena no Brasil: considerações a partir do Censo Demográfico de 2010. *Horizonte*, 12(36): 1.140-1.159, 2014.
- SANTOS R. V. & TEIXEIRA P. O indígena que emerge do Censo Demográfico de 2010. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(6): 1.048-1.049, 2011.

- SANTOS, R. V. *et al.* Parity of indigenous and non-indigenous women in Brazil: does the reported number of children born depend upon who answers national census questions? *Plos One*, 10(4): 1-15, 2015.
- SANTOS R. V. *et al.* The identification of the indigenous population in Brazil's official statistics, with an emphasis on demographic censuses. *Statistical Journal of the IAOS*, 35(1): 26-49, 2019.
- SOUZA, L. G. & SANTOS, R. V. Perfil demográfico da população indígena Xavante de Sangradouro-Volta Grande, Mato Grosso (1993-1997), Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(2): 355-365, 2001.
- WARREN, J. & KENNEDY, D. P. Contributions of racial-ethnic reclassification and demographic processes to indigenous population resurgence: the case of Brazil. *Latin American Research Review*, 43(2): 7-33, 2008.
- WERNER, D. Fertility and pacification among the Mekranoti of Central Brazil. *Human Ecology*, 11(2): 227-245, 1983.